



Organização e desenvolvimento local: uma pesquisa na associação comunitária rural do assentamento Jacú em Pombal-PB

Organization and local development: a research in The Jacú Rural Community Association in Pombal-PB

Érika Lira da Silva¹, Allan Sarmiento Vieira², Maria do Rosário Cavalcante Silva³, Adriana Salviano de Andrade⁴ & Ingrid Gomes Nóbrega⁵

Resumo: As associações rurais podem ser compreendidas como uma alternativa para os produtores e trabalhadores rurais melhorarem a sua vida, a de sua família e comunidade. Apesar dos grandes benefícios que um grupo associativo pode obter, há uma gama de aspectos que devem ser observados e avaliados para que o associativismo seja viabilizado. Neste sentido, esta produção tem por objetivo analisar a organização e autogestão da Associação Comunitária do Assentamento Jacú, no município de Pombal-PB, de forma a compreender sua relevância enquanto grupo comunitário legalmente constituído. A metodologia utilizada nesta pesquisa pode ser considerada exploratória e descritiva, através de um estudo de caso, com coleta de informações viabilizada através de questionário, e análise exclusivamente qualitativa. Diante dos resultados obtidos é possível concluir que, a associação rural estudada apresenta grande importância para os trabalhadores e trabalhadoras rurais da comunidade do Assentamento Jacú e que, mesmo diante de um contexto de dificuldades, de uma região de semiárida, de predominante agricultura familiar e de subsistência, busca-se alternativas que possibilitem um vida com mais qualidade, através do acesso à saúde, educação, e fontes alternativas de renda, em meio à informalidade. A organização, o cumprimento rígido às normas, e a participação ativa dos membros também colabora para uma autogestão eficaz, na qual zelam pelo patrimônio adquirido, através da união da comunidade.

Palavras-chave: *Associativismo; Comunidade rural; Trabalhadores; Autogestão.*

Abstract: Rural associations can be understood as an alternative for farmers and rural workers to improve their lives, that of their families and communities. Despite the great benefits that an associative group can obtain, there are a range of aspects that must be observed and evaluated in order to make associativism possible. In this sense, this production aims to analyze the organization and self-management of the Jacú Settlement Community Association, in the municipality of Pombal-PB, in order to understand its relevance as a legally constituted community group. The methodology used in this research can be considered exploratory and descriptive, through a case study, with information collection made possible through a questionnaire, and exclusively qualitative analysis. Given the results obtained, it is possible to conclude that the studied rural association is of great importance to the rural workers of the Settlement Jacú community and that, even in the face of difficulties, a region of semi-arid, predominantly family farming and livelihoods, we seek alternatives that enable a better quality life through access to health, education, and alternative sources of income, amid informality. Organization, strict adherence to the rules, and active participation of members also contribute to effective self-management, in which they ensure the heritage acquired through community unity.

Keywords: *Associativism; Rural community; Workers; Self-management*

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 08/06/2020; aprovado em 30/06/2021.

¹ Mestranda em Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Campina Grande, erikaliradasilva@gmail.com; *

² Professor Doutor em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, allansarmiento@yahoo.com.br;

³ Especialista Gestão Ambiental, Universidade Federal de Campina Grande, m.rosariocavalcante@gmail.com;

⁴ Especialista Gestão Ambiental, Universidade Federal de Campina Grande, adrianasalviano18@gmail.com;

⁵ Especialista em Auditoria Ambiental, Universidade Federal de Campina Grande, ingridgn.adm@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Decorrente de um contexto histórico, no Brasil, os problemas de ordem política, econômica e social são traduzidos em conflitos e desigualdades entre as diversas classes existentes no país, e quem sofre o impacto maior é a população mais pobre. Dentro dessa realidade, a classe de pequenos agricultores e trabalhadores rurais enfrenta grandes dificuldades em relação ao acesso a terra e a uma fonte de renda fixa. A informalidade se acentua, e a busca por formas alternativas de sobrevivência se apoiam no trabalho em seio familiar, muitas vezes delimitando-se a produção para subsistência (SENA; SENA; FILHO, 2017).

Afim de conseguir melhorias dentro desse contexto social, surgem algumas alternativas, sendo uma delas o associativismo. A organização associativa tem como conjectura básica a integração dos associados por meio de uma estrutura organizacional própria à autogestão, e de processos sociais de participação coletiva que a operacionalizem. As associações são formas jurídicas adotadas para iniciativas como movimentos, entidades, grupos comunitários, dentre outros, que decidem legalizar-se para obter mais visibilidade perante a sociedade com o objetivo de promover e ampliar a defesa dos seus associados e de buscar melhorias técnica, profissional e cultural dos mesmos. A união dos pequenos produtores em associações torna possível a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento, como também o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões para transporte. Está amparada legalmente pela constituição brasileira de 1988 (art.5º) e pelo Código Civil, para sua formação pode ser constituída duas pessoas (SENA; SENA; FILHO, 2017; SENAR, 2011; MATTOSINHO et al., 2010).

As associações rurais podem ser compreendidas como uma alternativa para os produtores e trabalhadores rurais melhorarem a sua vida, a de sua família e comunidade, e dessa forma, terem mais possibilidades para enfrentar os desafios de um mundo essencialmente capitalista, cada vez mais competitivo e cruel para com as classes menos favorecidas. Portanto, partindo do pressuposto de que as pessoas associam-se para satisfazer necessidades, buscar melhorias, praticar solidariedade, promover mudanças e empreender esforços de maneira conjunta, as associações apresentam grande relevância social (SENAR, 2011).

Apesar dos grandes benefícios que um grupo associativo pode obter, há uma gama de aspectos que devem ser observados e avaliados para que o associativismo seja viabilizado. Neste sentido, as características particulares dos associados e os seus interesses, a participação dos membros nas atividades da associação e a forma e intensidade de intervenção (MATTOSINHO et al., 2010), constituem alguns dos aspectos que merecem ser elucidados.

Diante de tais considerações, verifica-se que estudar as associações de pequenos produtores rurais é de significativa relevância, pelo fato de serem importantes alternativas para a viabilização desses

assentados. É a partir desse contexto que esta produção apresenta como objetivo geral, analisar a organização e autogestão da Associação Comunitária do Assentamento Jacú, de forma a compreender sua relevância enquanto grupo comunitário legalmente constituído. Para isso, se fez necessário conhecer o contexto histórico da comunidade, sua organização enquanto associação, suas ações, relações em grupo e participação coletiva, conquistas e desafios.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalhador rural e agricultura familiar

Nos últimos anos, a discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento do Brasil vem se acentuando, embasadas, principalmente, pela ideia do desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Alimenta, este debate na sociedade o aumento do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FAO/INCRA, 2000).

Considera-se que, no sertão paraibano, caracterizado pela predominância de pequenas propriedades agrícolas, a agricultura familiar oferece uma grande contribuição ao desenvolvimento econômico da região. Contudo, é discutido que se repensada, tal modalidade, poderá garantir ainda mais a sustentabilidade do meio ambiente, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população local (SOARES; MELO; CHAVES, 2009).

Economia solidária

Simon (2013) afirma que o conceito de Economia Solidária (ES) possui definições distintas, que estão diretamente ligadas à ideia de solidariedade que difere do individualismo utilitarista, comportamento econômico com predominância nas sociedades de mercado. Os participantes desse tipo de atividade instituem um vínculo de em suas relações de cooperação caracterizando a solidariedade, a setores sociais menos favorecidos, por meio da mobilização dos trabalhadores desempregados, além da prestação de ajuda pessoas desamparadas.

Segundo Gaiger (2003) caracteriza a economia solidária como autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social associações, empresas ocupadas, cooperativas, clubes de trocas, iniciativas de consumo solidário, incubadoras, Redes Solidárias, fóruns regionais e nacionais, grupos de pesquisadores e políticas públicas que estabelecem com que tem como foco autogestão.

Em tal contexto, a presença de lideranças capazes de promover a integração do grupo torna-se necessária para que os objetivos organizacionais sejam alcançados. Os líderes das organizações do terceiro setor possuem grandes desafios como gerir os colaboradores institucionais, voluntários, desenvolvimento e retenção de pessoas e também assegurar a conciliação dos interesses individuais e organizacionais. (ASSIS et al., 2015).

Importância das associações rurais

Aráujo, Tolentino e Theopilo (2009) relatam as associações são extremamente importantes para o desenvolvimento rural, pois através delas há o fortalecimento para a participação nos espaços sociais, políticos e econômicos. Elas podem ser definidas como entidades formadas pela união dos produtores rurais com a finalidade de juntar esforços e ações dos agricultores junto com seus familiares em busca da melhoria do processo produtivo, além de benefícios para a comunidade na qual estão inseridos. Algumas ações importantes são: o desenvolvimento de projetos para produção; defesa dos interesses dos associados; prestação de assistência técnica de maneira associativa.

Para Simon (2013), a união de produtores em associações é importante para adquirir insumos, máquinas e equipamentos com preços acessíveis e melhores prazos de pagamento, reunindo esforços em volta de benefícios comuns como o compartilhamento dos custos da assistência técnica, tecnologias e capacitação profissional. Dessa forma, a atuação por meio das associações permite aos produtores associados menores dificuldades no meio rural, dando condições de um melhor desempenho para competição no mercado.

As transformações políticas podem ser percebidas na mudança das relações com os poderes executivo, legislativo e judiciário, assim como na sociedade civil organizada. A atuação de uma associação na representação de seus membros, através da participação e do pleno exercício da cidadania, os transforma em atores políticos, capazes de modificar sua condição de “pedintes sociais”. Essas transformações econômicas podem ser conhecidas por meio do aumento da renda, da capacidade de adquirir insumos, equipamentos, contratar assistência técnica, reformar instalações, obter bens, como veículos, e assim, permitem a melhoria das condições de vida (SENAR, 2011).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo adotou como abordagem o método hipotético-dedutivo. Sobre esse método Abrantes et al. (2017, p. 2) afirmam que é aquele “sob o qual há uma premissa geral e uma premissa particular, sendo estabelecida uma relação lógica entre o que é geral e o que é particular, desde que apontem para um resultado comum”. Dessa forma, parte-se da premissa de que a união associativa de

pequenos produtores e trabalhadores rurais contribui para uma melhor organização e desenvolvimento local, propiciando mais oportunidades para essas os associados, e assim, faz-se uma relação com as informações obtidas através do objeto de estudo, nesse caso, a Associação Comunitária do Assentamento Jacú, e posteriormente é realizada a análise, para comprovação da hipótese. O assentamento Jacú está localizado na zona rural do município de Pombal PB, a direita da BR 427, ocupando uma área de 1.340 ha.

Quanto à sua natureza, esta produção é classificada como aplicada. Quanto aos objetivos, pode ser considerada exploratória e descritiva. A pesquisa descritiva, segundo Gil (2008), é aquela que descreve um fenômeno ou objeto de estudo (população, empresa, governo, situação-problema) e estabelece relações entre as suas variáveis. A pesquisa explicativa, por sua vez, é a que exige um maior grau de complexidade. Ainda de acordo com Gil (2008), elas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Em relação aos procedimentos, utiliza técnica bibliográfica, em relação ao aporte teórico realizado para fundamentar a relevância da pesquisa; e estudo de caso, por retratar um objeto específico para aprofundamento do conhecimento sobre este, com finalidade de explorar situações da vida real ainda não definidas.

Os dados e informações foram coletados em outubro de 2019, através de uma entrevista realizada com um dos dirigentes da Associação Comunitária do Assentamento Jacú, o tesoureiro em exercício. A entrevista contemplou aspectos como: organização e estrutura; dinâmica de funcionamento; serviços prestados; viabilização das atividades econômicas; quantidade de associados e suas relações em grupo; percepção dos dirigentes sobre sua experiência de gestão. A análise dos dados se deu de forma exclusivamente qualitativa. As informações apresentadas nesta pesquisa foram autorizadas pelos dirigentes da Associação Comunitária do Assentamento Jacú, bem como por seus associados, para publicação no presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Breve histórico da Associação Comunitária do Assentamento Jacú

O assentamento Jacú está localizado na zona rural do município de Pombal, Paraíba, à direita da BR 427, ocupando uma área de 1.340 ha. O assentamento foi implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através da Portaria N.º011 de 16 de Junho de 2003. No total,

40 famílias foram assentadas, e construíram suas casas nos lotes adquiridos. O assentamento encontra-se numa região semiárida, bastante seca, e seus recursos hídricos são 04 açudes que ficam próximos ao assentamento, disponíveis para dessedentação animal e piscicultura.

Em virtude da necessidade de buscar melhorias para os então recentes assentados, no dia 20 de agosto de 2003, foi criada a Associação Comunitária do Assentamento Jacú, no qual teve como primeira presidente Maria José Ferreira do Nascimento. Na época de sua criação, a associação possuía 63 sócios. Atualmente, e com a recém-ocorrida eleição no mês de agosto deste ano de 2019, foi eleita a presidente Margarida. Inicialmente, as reuniões eram realizadas em uma “casa grande” existente no assentamento, que era de propriedade dos antigos donos da terra. Em 2012, os associados resolveram construir o prédio para funcionamento da sede da associação, onde também funciona a “E.E.E.F. Mundo Novo”, escola de responsabilidade do Governo do Estado da Paraíba, e que, portanto, recebe recursos estaduais. Nesse local ocorrem as reuniões da associação.

Funcionamento da associação

A organização da Associação Comunitária do Assentamento Jacú, ocorre da seguinte maneira: de forma democrática e por voto individual e secreto, são escolhidos os representantes da associação, sendo a mesa dirigente composta por Presidente, Tesoureiro(a), Primeiro(a) Fiscal, Segundo(a) Fiscal, e 04 Suplentes, um para cada cargo, e os demais, são considerados membros. A função de cargo, bem como suas atribuições e obrigações é descrita no Regimento da associação. A eleição é coordenada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pombal. Para a realização da eleição, é lançado edital com 15 dias de antecedência na sede da associação, convocando os sócios e contendo a relação de todos os sócios (ou seja, todos podem receber votos). Todo o processo é escrito em ata, e posteriormente registrado em cartório. A duração dos mandatos é de 02 anos, podendo ocorrer reeleição. Não há nenhuma exigência de formação para ocupar os referidos cargos, sendo necessário, apenas, ser sócio e estar em dia com suas obrigações. Na atual diretoria, todos possuem o nível de escolaridade fundamental incompleto.

A arrecadação de recursos para custeamento de despesas como energia elétrica, materiais de limpeza, escritório, registros cartoriais, participação em eventos de interesse coletivo, e demais atividades pertinentes a uma associação, ocorre essencialmente através de pagamento de taxa mensal de todos os sócios, a cada reunião realizada. Todas as despesas são apresentadas aos sócios anualmente através de prestação de contas, e descritas em ata. Quanto aos recursos e bens existentes, destaca-se o prédio da sede, que foi construído com recursos próprios da associação. Não há nenhum veículo disponível para uso dos associados, mas há computadores e uma impressora, fruto de doações recebidas. Portanto, em relação à estrutura e recursos disponíveis, a associação possui apenas o necessário para seu funcionamento, mas de forma organizada e transparente, aspecto positivo em uma organização associativa, pois traz mais confiabilidade para seus membros.

Relações em grupo

Para tornar-se sócio, alguns critérios devem ser seguidos, como assistir três reuniões e pedir a filiação. Para filhos de assentados, há uma votação entre os sócios para que estes sejam aceitos. Atualmente, a associação conta com 32 filiados ativos. O número é reduzido em relação à quantidade de pessoas residentes no assentamento - que possui 92 habitantes - e isso ocorre devido ao fato de muitos filiados deixarem de frequentar a associação após conseguirem o benefício da aposentadoria, visto que ao faltar em três reuniões, o sócio é desvinculado. Essa regra é cumprida “a risca”, na tentativa de minimizar o montante de falta dos sócios, e manter uma boa assiduidade e participação nas reuniões. Essa regra também expõe o nível de interesse nos assuntos que envolvem a associação, pois, a ausência constante pode evidenciar a falta de compromisso, uma característica que deve ser evitada em um contexto de associativismo. As reuniões acontecem mensalmente, no primeiro domingo de cada mês, têm duração de duas a três horas, sendo os membros avisados com antecedência. Apesar da regra citada anteriormente, a frequência dos sócios apresenta oscilações.

Quanto ao desenvolvimento das relações grupais, além do convívio diário na localidade (as casas são próximas), as reuniões são a principal forma de construção e de fortalecimento do relacionamento entre os assentados, ocasião em que são delimitadas necessidades, prioridades, ações a serem realizadas, e traçados planos futuros, no intuito de alcançar melhorias para o Assentamento Jacú, sejam de forma individual e coletiva. Nesse sentido, durante as reuniões são colocados em pauta os principais assuntos, sendo estes relacionados à organização de mutirões para a realização de atividades coletivas como: conserto de cercas, limpeza de áreas, cuidados com a estrutura dos açudes, dentre outros. As proibições também são temas constantes nos encontros, onde são reforçadas as regras, e corrigidas ações incoerentes, como a pesca nos açudes, que é proibida para pessoas não assentadas, mas que sempre há relatos de ocorrência, seja por pessoas não pertencentes ao Assentamento Jacú, seja algum assentado para fins de comércio, visto que, nesse caso, é exigido ser pago um valor para associação, em forma de taxa de uso. Também é proibido utilizar as áreas ao entorno do açude para lavar roupas, uma forma de prevenir a poluição destas, e a proliferação de doenças.

Outro tema recorrente é a divisão e distribuição de das terras de plantio coletivas, que ficam afastadas dos lotes, e que dependem da articulação e decisão da associação para serem utilizadas. O manejo com os animais é um assunto constante, já que cada proprietário de lote deve deter dos cuidados necessários para que os animais não invadam os lotes vizinhos. Quando surgem oportunidades de cadastros em programas ou benefícios, linhas de crédito bancária destinados aos assentados, são realizados avisos e descritos os documentos e procedimentos necessários. Essas ações são de extrema importância para essas

peças, pois a informação dá possibilidades para que todos estejam preparados, e não percam oportunidades.

Sobre a dinâmica em que ocorrem as reuniões, foi relatado que a maioria dos membros participa ativamente, quando querem sugerir um tema a ser posto em pauta, expor sua opinião sobre algo, manifestar seu apoio, ou divergir sobre algum assunto. Por esse motivo, os debates e até atritos são inevitáveis, até haver um consenso, de forma democrática, pela preferência da maioria. Característica da união de pessoas com interesses ora comuns, ora individuais, a diversidade de opiniões pode ser visto como um aspecto positivo, essencial para possibilitar soluções mais eficientes e igualitárias, uma vez que traz a tona visões de diferentes ângulos, que de forma individual muitas vezes seriam vislumbradas. As sugestões devem sempre ser postas em avaliação pela associação, que pode encontrar muitos benefícios e possibilitar desenvolvimento local, através de membros engajados e ativamente participantes.

Desenvolvimento local, conquistas e desafios

Entrando na perspectiva dos benefícios e melhorias alcançados a partir da união associativa dos assentados, algumas informações importantes foram passadas, dando um aparato para a compreensão do panorama existente no local de estudo. No início da atuação da Associação Comunitária do Assentamento Jacú, através do Programa Um Milhão de Cisternas, cada família foi contemplada com uma cisterna para captação e armazenamento da água das chuvas. A associação conseguiu o apoio da Prefeitura Municipal de Pombal para abastecimento das referidas cisternas no período de estiagem. Também foi conseguido o abastecimento de duas cisternas na comunidade - que ficam ao lado da associação - sob a responsabilidade do Exército Brasileiro. A pesquisa de Abrantes et al. (2017), também evidenciou a implantação de cisternas através do referido programa, demonstrando quantitativamente o panorama de instalações de captação e armazenamento de água das chuvas, no município de Aparecida-PB, conseguido através de esforços sindicais.

Quanto ao desenvolvimento local, este foi impulsionado através da implantação de programas como o Crédito Fomento Mulher, que destina-se a “viabilizar” a implementação de projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em operação única, por família assentada” (BRASIL, 2018), que contemplou 18 mulheres em sua 1ª etapa, e 20 mulheres na 2ª etapa. No ano de 2017, os assentados tiveram acesso ao Crédito de Investimento para Convivência com o Semiárido, que destina o valor de R\$ 5.000,00 por família, para construir uma fonte de fornecimento e armazenamento de água. Esse benefício contemplou 38 famílias, e foi utilizado na perfuração de 26 poços artesianos e os demais, em barragens superficiais. Os associados também tiveram acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade “A”, que disponibiliza o

valor de R\$ 25.000,00 para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, a serem investidos nos lotes.

Cabe destacar conquistas no contexto de melhorias na qualidade de vida dos assentados, como a instalação de uma escola de Ensino Fundamental, de responsabilidade do Governo do Estado da Paraíba, bem como atendimentos médicos, que ocorrem mensalmente na sede da associação. O acesso à saúde e educação são direitos fundamentais, assegurados em Constituição Federal. Há também parcerias firmadas entre a Associação Comunitária do Assentamento Jacú e algumas instituições, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal PB; A Prefeitura Municipal de Pombal, INCRA, EMATER e UFCG-Campus Pombal. As parcerias incluem doações de materiais, oferta de palestras e minicursos, prestação de alguns serviços, e implantação de projetos.

Quanto ao desenvolvimento de atividades que visem a economia solidária, no momento não há nenhum projeto em andamento, mas já houve projetos como o “Granjinha” que objetivava a criação de frangos para o comércio na cidade; o “Multi-Misturas”, que consistia na produção de bebidas com plantas medicinais; fabricação de produtos de limpeza; horta-orgânicas para o fornecimento do “Compra Direta”, programa da Prefeitura Municipal de Pombal, que abastece escolas e órgãos municipais; ovinocultura; apicultura para a comercialização do mel. No tocante à capacitação profissional individual, alguns cursos também foram ofertados, como informática e artesanatos. Sobre esse aspecto, Sampaio e Freitas Júnior (2016) demonstraram, em sua pesquisa, a importância da implantação de projetos de desenvolvimento e capacitação dos pequenos produtores rurais, através do Projeto Viver da Terra, que visa promover o empreendedorismo local, impactando socioeconomicamente a comunidade de Salobra em Missão Velha, Ceará.

Se tratando de desafios, segundo relatado na entrevista, o maior destes é conseguir concluir o abatedouro de frango que começou a ser construído no assentamento, para geração de renda. Esse foi iniciado desde 2010, porém falta a conclusão e execução. Outra dificuldade encontrada é a necessidade de firmar uma parceria mais sólida junto a atual administração municipal, para que programas e projetos anteriormente realizados, continuem em execução. Há também uma luta há bastante tempo pela instalação de água encanada no assentamento, no qual já foram colocados os canos nas residências, através de uma iniciativa do governo estadual.

Analisando essas informações, fica evidente a atuação positiva da associação, da efetividade da sua autogestão, e da busca constante por benefícios e melhorias para a comunidade, utilizando de práticas de gestão muito viáveis, como parcerias com instituições da região. A capacitação individual proporciona aquisição de conhecimento e propicia oportunidades de trabalho. Já as opções de atividades em grupo, em

moldes da economia solidária, fortalecem a comunidade na luta por geração de renda para as famílias, colaborando para uma melhoria na qualidade de vida.

CONCLUSÕES

Dentro do que foi exposto nesta pesquisa é possível concluir que, a associação rural, como modalidade de associativismo, apresenta grande importância para os trabalhadores e trabalhadoras rurais da comunidade do Assentamento Jacú e que, mesmo diante de um contexto de dificuldades, de uma região de semiárida, de predominante agricultura familiar e de subsistência, busca-se alternativas que possibilitem uma vida com mais qualidade, através do acesso à saúde, educação, e fontes alternativas de renda, em meio à informalidade. A organização, o cumprimento rígido às normas, e a participação ativa dos membros também colabora para uma autogestão eficaz, na qual zelam pelo patrimônio adquirido, através da união da comunidade.

A constante busca por capacitação e implantação de projetos que visem o desenvolvimento individual e em comunidade é um aspecto de forte atuação dos associados, o que pode trazer muitos benefícios, desde que haja apoio dos órgãos governamentais, tanto em esfera federal, através de instituições como o INCRA, EMATER, bem como pela gestão municipal local. As parcerias e projetos implantados através do Universidade Federal de Campina Grande também podem contribuir de forma mais significativa para a atividade desses pequenos produtores, desde que sejam aproveitados de forma eficiente e com continuidade, para que a médio e longo prazo, esses projetos não sejam “deixados de lado”, e possam continuar gerando frutos para essa comunidade.

Para concluir esta produção, é importante destacar as limitações desta, nas quais, inclui-se o fato de não haver a consulta à percepção dos sócios, fator muito importante para o cruzamento e comparação de informações, o que se torna uma sugestão para pesquisa futura, de forma a conhecer o perfil socioeconômico dessas pessoas, e assim, compreender de forma mais aprofundada a realidade da atuação da Associação Comunitária do Assentamento Jacú, no município de Pombal, Paraíba.

REFERÊNCIAS

[1] ABRANTES, A. P. et al. Atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras e Familiares de Aparecida-PB, no Alto Sertão Paraibano . INTESA – Informativo Técnico do Semiárido, Pombal-PB, v 11, n 2, p 28 - 35, jul - dez , 2017.

- [2] ARAUJO, C. A. L. de; TOLENTINO, M. A.; THEOPHILO, C. R. Realidade Organizacional das Associações Comunitárias Rurais Da Região Sul De Montes Claros – MG. In: XXXIII Encontro de ANPAD. São Paulo/ SP- 19 a 23 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON2030.pdf>>. Acesso em 28 out 2019.
- [3] ASSIS, D. G. C. de et al. Papel da liderança em associações: os desafios na construção de processos coletivos de gestão. *Gestão & Planejamento*, Salvador, v. 16, n. 1, p. 4-28, jan./abr. 2015.
- [4] BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar. 2017.
- [5] BRASIL. DECRETO Nº 9.424, DE 26 DE JUNHO DE 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/27393309/do1-2018-06-27-decreto-n-9-424-de-26-de-junho-de-2018-27393305>. Acesso em: 22 out. 2019.
- [6] FAO/INCRA. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/AGRONOMIA_1271_1095426409.pdf> Acesso: 27 out 2019.
- [7] FARIA, J. H. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. *Cad. EBAPE.BR*, v. 15, nº 3, Artigo 5, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017.
- [8] GAIGER, L. I. G. Os empreendimentos econômicos solidários diante do modo de produção capitalista. In: *Revista Caderno CRH*. Salvador, UFBA, n.39, p.
- [9] MATTOSINHO, C. M. S. et al. O empreendedorismo no âmbito das associações rurais. In: 48º Congresso SOBER, 25 a 28 de julho de 2010. Disponível: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/1030.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.
- [10] RIGO, A. S. Profissionalização da Gestão e Autogestão: um Estudo dos Problemas que Opcionaram a Dissolução das Cooperativas Agrícolas dos Perímetros Irrigados no Vale do Rio São Francisco. In: XXXII da ANPAD, Rio De Janeiro, 06 a 10 setembro 2008.

- [11] SENA, T. M. ; SENA, T. M.; SILVA FILHO, ; L. G. da. Associação de produtores rurais, uma forma de organização e desenvolvimento local. Universidade Federal Rural do Semi-Árido Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social. Disponível em: <<http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/includere> ISSN 2359-5566>. Acesso em 28 out 2019
- [12] SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Associações rurais: práticas associativas, características e formalização / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. -- Brasília: SENAR, 2011.
- [13] SIMON, V. S. P. Análise Crítica do Discurso sobre Economia Solidária nas Publicações da Área de Administração. XXXVII Encontro ANPAD, Rio de Janeiro/ 7 a 11 Setembro, 2013 Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EOR180.pdf>. Acesso em 28 out 2019
- [14] SOARES, I. F.; MELO, A. C. de; CHAVES, A. D. C. G. A agricultura familiar: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Condado – PB. INFOTECNARIDO, Mossoró – RN, v.3, n.1, p.56-63 janeiro/dezembro, 2009.
- [15] SAMPAIO, A. M. B.; FREITAS JÚNIOR, S. P. Projeto viver da terra: desenvolvimento sustentável Através da agricultura familiar em uma comunidade Rural no semiárido caririense. In: Anais II CONIDIS. V. 1, 2017, ISSN 2526-186X.
- [16] SEDORKO, M. R. Agricultura familiar e associativismo rural: um estudo de caso do município de Guarapuava. In: Anais da XIX Semana de Iniciação Científica, 25 e 26 de setembro de 2014, UNICENTRO, Guarapuava –PR, ISSN: 2238-7358.